



Restituições do IR batem recorde e chegam a R\$ 41 bilhões em 2026

Bancos vão apresentar resultados mais fracos no 3º tri com inadimplência em alta

Página 3

Queda de desmatamento no Brasil gera R\$ 1,16 trilhão à economia global

Página 5

Anac estabelece regras mais restritivas para aviação em Congonhas (SP)

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) estabeleceu regras mais restritivas para alocação de horários de pousos e decolagens (slots) no Aeroporto de Congonhas (SP).

Pelas novas regras, os operadores de aviação geral - como serviço de taxi-aéreo e jatos executivos - terão de contratar um provedor de serviços de base fixa (FBO, na sigla em inglês) antes de solicitar os horários de operação, o que significa a contratação antecipada de serviços de apoio em solo.

A medida, segundo a Anac, "busca combater o mercado paralelo de slots no aeroporto, estabelecendo regras mais rigorosas para a atuação de operadores de taxi-aéreo e de aeronaves privadas".

"Isso busca assegurar que as operações tenham estrutura de atendimento em solo previamente contratada, reduzindo o risco de impactos na movimentação aeroportuária decorrentes da indisponibilidade de serviços ou da falta de suporte operacional adequado", diz a agência.

O diretor-presidente da Anac, Tiago Faiersstein, informou que a agência vai acompanhar e fiscalizar a medida para combater o comércio paralelo de slots.

"Na prática, as novas regras também restringem as condições de utilização de Congonhas pela aviação geral, ao exigir maior planejamento e comprovação prévia da estrutura necessária para cada operação", explica Faiersstein. (Agência Brasil)

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com muitas nuvens durante o dia e períodos de céu nublado. Noite nublada com possibilidade de garoa.



Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,01
Venda: 5,01

Turismo
Compra: 5,02
Venda: 5,20

EURO

Compra: 5,62
Venda: 5,62

Justiça decreta fim da recuperação judicial da Americanas



A Justiça do Rio de Janeiro decretou, na segunda-feira (19), o fim da recuperação judicial do Grupo Americanas. A decisão, da 4ª Vara Empresarial da capital, considera que o grupo cumpriu as obrigações do plano de recuperação judicial. Ainda cabe recurso da decisão.

A Americanas iniciou o processo de recuperação judicial em janeiro de 2023, após a revelação de irregularidades contábeis de cerca de R\$ 20 bilhões na empresa. Na época, a Americanas informou ter dívidas de aproximadamente R\$ 43 bilhões, o que levou à reestruturação dos débitos com credores. O plano foi aprovado em dezembro de 2023 e homologado pela Justiça em fevereiro de 2024. Página 3

Maior operação de recuperação de celulares da história de São Paulo começa a devolver aparelhos para vítimas

Página 2

IBGE é autorizado a abrir 325 vagas temporárias

Página 4

Local de votação ainda pode mudar; consulte de novo antes de ir à urna

Mesmo que o eleitor tenha consultado o local de votação com antecedência, ele deve verificar novamente a informação no dia da eleição, no domingo (25),

antes de sair de casa.

Outra dica é votar pela manhã, para ter mais tempo de se deslocar caso a seção eleitoral tenha mudado de lugar. Página 6

Esporte

Rubens Barrichello pilota Williams de 2011 em Interlagos

Por Tiago Mendonça

O Grande Prêmio de São Paulo de Fórmula 1 deste ano, marcado para o dia 8 de novembro, em Interlagos, terá um momento emocionante para os torcedores e para Rubens Barrichello, o piloto brasileiro que mais corridas disputou na categoria (foram 323 no total). Quinze anos depois, Rubinho terá a chance de guiar novamente o Williams FW33 de 2011, seu último carro de F-1.

Ação, chamada "A Volta Histórica", foi viabilizada pela ALE Combustíveis e serve como uma "despedida apropriada" para Barrichello, que em 2011 deixou a categoria sem ter certeza se voltaria ou não ao grid de largada. "Eu fiquei próximo de correr de novo algumas vezes, em 2012 e 2014, mas não deu certo", relembra Rubinho, que negociou com Lotus e Caterham após sua saída da categoria.

De volta ao carro, ele vai utilizar o mesmo macacão da época, além de um capacete especial comemorativo. O número exato de voltas dependerá da programação do dia, mas durante o anúncio da atividade, na terça-feira, 20, Rubinho falou em "pelo menos duas voltas". O piloto também disse que não será uma simples apresentação: ele quer "acelerar de verdade".

"Interlagos sempre teve um lugar muito especial para mim. Voltar à pista com um carro que faz parte da minha trajetória e viver esse momento ao lado dos fãs brasileiros é muito emocionante. Quero aproveitar essa oportunidade para celebrar tudo o que vivi no automobilismo e criar uma lembrança em um lugar que significa tanto para mim", falou Rubens Barrichello.

"Tenho muitas lembranças de Interlagos e uma ligação muito forte com a torcida que sempre me acompanhou ali. Vai ser um momento diferente de tudo o que já vivi naquele circuito.



Rubens Barrichello

Quero curtir cada segundo, aproveitar o carro e sentir de novo aquela energia", acrescenta o piloto, que fez três pole positions no GP do Brasil, em 2003, 2004 e 2009.

Embora a programação ainda esteja sendo definida, a atração está prevista para a manhã de domingo, dia 8 de novembro, por volta das 10h. Rubens Barrichello disputou 19 temporadas na Fórmula 1, entre 1993 e 2011, tendo sido por um período o re-

cordista de participações. Atualmente, é o quarto colocado no ranking, atrás de Fernando Alonso, Lewis Hamilton e Kimi Räikkönen.

O mais próximo que Barrichello esteve de voltar à Fórmula 1 em Interlagos foi no final da temporada de 2014, quando chegou a ter um contrato assinado com a equipe Caterham e patrocinios definidos para disputar a corrida do Brasil. No entanto, a equipe enfrentava

sérias dificuldades financeiras e entrou em recuperação judicial semanas antes da prova.

"Pensando bem, foi até bom não ter acontecido. Era um carro que virava 4s pior que os de ponta, seria um fim de semana sofrido, andando em último. Então, neste sentido, agora será uma festa muito mais bonita. Eu já falei que quando eu entrar naquele carro eu vou acelerar tudo, quero rasgar de novo a reta de Interlagos. Já pedi até pneu de chuva, para o caso de precisar", concluiu Rubinho.

Antes de vir ao Brasil para o GP de São Paulo, a Fórmula 1 corre neste fim de semana nos Estados Unidos e, no outro, na Cidade do México. Faltam seis etapas para o encerramento da temporada e o líder Andrea Kimi Antonelli pode ser campeão já neste domingo, 25, caso vença com o companheiro de equipe George Russell no máximo em nono lugar.

Copa Brasil de Cross Country será em Poços de Caldas

O Atletismo Brasil divulgou a realização da Copa Brasil Loterias Caixa de Cross Country para o dia 15 de novembro, no Parque Ecológico Municipal Jardim Esperança, na cidade de Poços de Caldas, Minas Gerais. A competição será seletiva para o Campeonato Sul-

Americano de Cross Country, confirmado para o dia 6 de dezembro, em Assunção, Paraguai. Nas provas individuais se qualificam para integrar a seleção brasileira em Assunção os quatro primeiros colocados da Copa Brasil de Cross Country 2026 de cada gênero, nos 10 km (adulto),

8 km (sub-20 masculino) e 6 km (sub-20 feminino). Serão chamados ainda os dois primeiros de cada gênero nos 6 km (sub-18 masculino) e 4 km (Sub-18 feminino). Para o revezamento 4 x 2 km (adulto) os convocados serão os dois primeiros de cada gênero da Copa Brasil de Cross Country

2026 na prova dos 2 km.

As inscrições das equipes participantes devem ser realizadas exclusivamente pela internet, por meio do Sistema de Gestão Esportiva (SGE), disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://sge.cbaf.org.br/inscricao/eventos>, no período de

26 de outubro a 4 de novembro de 2026.

A Copa Brasil tem o objetivo de desenvolver e aperfeiçoar tecnicamente as provas de Cross Country no Brasil e servir para a seleção de atletas visando participação em eventos internacionais.

Fuvest divulga locais das provas da 1ª fase do vestibular da USP

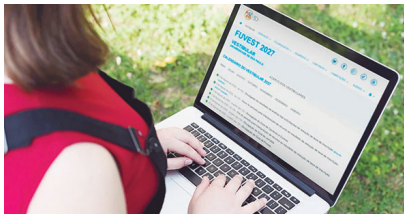
A Fuvest antecipou em um dia a divulgação dos locais de prova da 1ª Fase do Vestibular 2027. Os candidatos que concorrem a uma vaga na USP poderão consultar a lista no site da fundação, na Área do Candidato, a partir das 12h, mediante login e senha, por meio deste link.

Nesta edição do processo seletivo, 106.165 candidatos disputam as 8.147 vagas disponíveis nos cursos de graduação da USP. Desse total, 12.337 farão as provas na modalidade de treinamento, ou seja, sem ter concluído o Ensino Médio. Já os candidatos que concorrem efetivamente às vagas são 93.828.

A prova será realizada no dia 1º de novembro em 30 cidades da

região metropolitana de São Paulo, do interior e do litoral paulista, além de Fortaleza, no Ceará. Ao todo, 88 locais receberão os vestibulandos. A abertura dos portões das escolas acontecerá às 12h, com fechamento dos portões e início da aplicação da prova às 13h.

Para evitar atrasos no dia e estresse na chegada, a Fuvest recomenda que o candidato conheça com antecedência o trajeto até o local da realização da prova. A sugestão é fazer isso no domingo anterior a fim de calcular a distância e o acesso por transporte coletivo, carro de aplicativo ou veículo particular. Para aqueles que forem realizar a



Nesta edição do processo seletivo, 8.147 vagas estão disponíveis nos cursos de graduação da USP.

1ª Fase em outra cidade, a Fuvest também recomenda que viajem com antecedência, evitando, assim, imprevistos.

Mais informações sobre o Vestibular 2027 estão disponíveis em www.fuvest.br/vestibular-da-usp.

Medicina continua liderando a lista dos cursos mais desejados entre os candidatos ao Vestibular da Fuvest, que seleciona para vagas para os cursos de graduação na USP. A relação de 76,3 candidatos por vaga ainda é a maior entre as opções de cursos, no entanto, a procura diminuiu no Vestibular 2026, 90,7 inscritos disputavam uma vaga, 14,4 a mais que neste ano.

A lista dos dez cursos com maior disputa por vaga, considerando o total geral, é composta ainda de 2- Psicologia (São Paulo), 50,9; 3- Psicologia (Ribeirão Preto), 37,5; 4- Relações Internacionais, 34,8; 5- Audiovisual, 30,8; 6- Jornalismo,

27,5; 7- Ciências Biomédicas, 25,4; 8- Fisioterapia, 22,5; e 10- Direito, 22,2.

Em relação ao ano anterior, vale destacar o retorno do curso de Direito entre os mais procurados (10º lugar, estava em 11º no ano anterior), a queda de uma posição da Engenharia Aeroespacial (de 10º para 11º) e o pequeno acréscimo na relação candidato/vaga nos cursos de Jornalismo (1,8), que subiu da 8ª para a 6ª posição, e de Audiovisual (0,2), que permaneceu em 5º lugar. Todos os demais na lista dos dez mais procurados tiveram queda na relação candidato/vaga. (Governo de São Paulo)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Ex-vereador e ex-presidente, Milton Leite (União) perdeu as mordomias que tinha na cadeia pública de Mogi das Cruzes. O acusado de usar empresa de ônibus pró-PCC está no Centro de Detenção Provisória em Guarulhos

PREFEITURA (São Paulo)

Reeleito em 2024, Ricardo Nunes (MDB) tem se empenhado muito como maior cabo eleitoral [entre prefeitos nas capitais] do Flávio Bolsonaro (PL). Por isso, deve ter apoio à sua sucessão em 2028 e talvez ao governo SP 2030

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Ex-vereador na Câmara paulista e ex-deputado federal, o deputado estadual Marcelo Aguiar (PL) já pede perdão a colegas na ALESP. Ele assediou mulheres num barzinho e alcoolizado disparou arma que tem licença pra usar

GOVERNO (São Paulo)

Reeleito em 2026, Tarciso Freitas (Republicanos) tem se empenhado muito como o maior cabo eleitoral [entre governadores] do Flávio Bolsonaro (PL). Por isso, deve ter espaço em ministérios, nos quais deverá influir diretamente

CONGRESSO (Brasil)

Reeleitos e eleitos pelo PL e partidos que devem aderir ao novo Bolsonarismo na Câmara Deputados(as) e Senado já negociam com um centro menor cargos nas mesas diretoras, ministérios e cargos de um governo Flávio

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Filho do ex-presidente Bolsonaro uniu as maiores Assembleias de Deus (o original ministério Belém, Madureira e demais), além das protestantes históricas, somadas com a midiática igreja Universal [cúpula do Republicanos]

PARTIDOS

Dono da Solidariedade e pretenso jurista, o deputado (SP) federal Paulinho "da Força" convenceu o Avante a se juntar [pós-eleições 2026] à federação dele com o PRD, achando que somariam todos os votos das 3 legendas ...

(Brasil)

... e superando as cláusulas de desempenho 2026. Acontece que a lei 9096/95 determina que o PRD (ex-PTB) não poderá realizar fusões ou incorporações até novembro 2028. O TSE publicou edital pela impugnação da ficção

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "A minha porção é o Senhor, diz a minha alma; portanto, esperarei nele." Lamentações 3:24

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal

Atas, Balanços e

Convocações

Fone: 11 3258-1822

Comercial: 11 97144-4166

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

Maior operação de recuperação de celulares da história de SP começa a devolver aparelhos para vítimas

A sensação de impotência após ter o celular roubado deu lugar à surpresa e à satisfação para a diretora escolar Luciana Nomoto, de 35 anos. Na segunda-feira (19), ela recebeu de volta o aparelho levado durante um assalto na Avenida do Estado, na capital paulista, em 9 de setembro.

A recuperação foi resultado da Operação Frank Mobile, realizada pelas polícias Civil, Militar e Penal, em conjunto com o Ministério Público de São Paulo (MPSP), que começou a devolver às vítimas os celulares recuperados durante a ação. Ao todo, 100 aparelhos foram devolvidos na segunda-feira (19). Desde o início de setembro, a operação já entregou 180 celulares recuperados e apreendeu 60 toneladas de aparelhos e peças.

"Eu não esperava ter o celular de volta. Tanto que, quando me ligaram, nem acreditei. Será que não é um golpe?", contou Luciana. No dia seguinte ao crime, ela havia assistido a uma reportagem na televisão sobre a operação e torcido para que o aparelho estivesse entre os recuperados.

O assalto aconteceu enquanto ela dirigia com o filho recém-nascido no carro. "Estouraram o vidro do passageiro e roubaram o celular. Eu fiquei sem saber como reagir", relatou.

Após o crime, o marido acionou a polícia e a operadora de telefonia. A família também registrou o boletim de ocorrência

(BO), informando o número de identificação do aparelho, o IMEI, e tomou as providências necessárias para proteger os dados pessoais.

A advogada Karina Serafim, de 29 anos, também recuperou o celular roubado em 1º de setembro, na Rodovia das Bandeirantes. Na ocasião, criminosos quebraram o vidro do carro e levaram o aparelho, uma bolsa, um notebook e outros pertences.

Karina contou que não acreditava que conseguiria recuperar o telefone. Ao receber a notícia de que o aparelho havia sido localizado, além de surpresa, ela conta que ficou muito contente: "Hoje a gente consegue acreditar no serviço. Existe aquele sentimento de desesperança, de achar que nunca vai ter o celular de volta. Foi uma sensação de surpresa muito prazerosa. Acredito que o trabalho está sendo feito e que existe empenho na recuperação dos bens do trabalhador", afirmou.

Investigação atingiu toda a cadeia criminoso

Realizada em setembro, a Operação Frank Mobile mobilizou mais de 1,7 mil agentes e teve como objetivo combater toda a cadeia criminosa relacionada ao roubo, furto e comércio ilegal de celulares. A ação cumpriu 84 mandados de busca e apreensão e sete de prisão, além de resultar em prisões em flagrante. Desde o início de setembro, foram apreendidas 60 toneladas de celulares e peças.



Desde o início de setembro, a operação já entregou 180 celulares recuperados e apreendeu 60 toneladas de aparelhos e peças

A investigação foi conduzida ao longo de dois anos pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público, em conjunto com a área de inteligência da Secretaria da Segurança Pública (SSP). O trabalho identificou as diferentes etapas do esquema criminoso, desde a recepção dos aparelhos roubados ou furtados até o desbloqueio, a retirada de peças e a revenda.

A atuação integrada das forças de segurança e das instituições parceiras é fundamental para combater esse tipo de crime. "A polícia vai estar sempre presente, e essa união das polícias Militar, Civil e Penal e do Ministério Público é a receita ideal para isso", afirmou o secretário da Segurança Pública, Osvaldo Nício Gonçalves.

Desde o início da atual ges-

tao, foram realizadas 285 operações conjuntas com o Ministério Público em diferentes frentes de atuação, sendo 127 delas com a Polícia Civil.

Orientação às vítimas

Em casos de roubo ou furto de celular, a orientação é registrar o boletim de ocorrência (BO) e informar o número do IMEI, código de identificação único do aparelho, para auxiliar na sua identificação em caso de recuperação.

Também é importante comunicar o crime à operadora e adotar medidas de segurança para proteger contas bancárias e outros dados pessoais. O registro da ocorrência e o fornecimento das informações do aparelho contribuem para o trabalho de investigação e a devolução dos celulares aos seus proprietários. (Governo de SP)

Governo de SP autoriza contratação de 466 guarda-vidas para reforçar segurança em praias e represas

O Governo de São Paulo autorizou a contratação de 466 guarda-vidas temporários para reforçar a proteção aos banhistas durante a temporada de verão 2026/2027. Os profissionais vão atuar no período de maior movimento em praias, represas e outros locais de banho do estado, quando as altas temperaturas e as férias escolares aumentam a presença de visitantes.

A medida foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) da terça-feira (20) e prevê contratações por até cinco meses, entre novembro de 2026 e março de 2027. A seleção será realizada pela Polícia Militar, por meio de processo seletivo simplificado.

O reforço permitirá ampliar as ações preventivas, a orientação aos banhistas e a capacidade de resposta a emergências aquáticas durante a temporada. A iniciativa integra o planejamento para atender ao aumento da circulação de pessoas nos destinos de lazer do estado.

De acordo com o capitão Maycon Cristo, do Corpo de Bombeiros, a ampliação do efetivo é importante para intensificar



O reforço permitirá ampliar as ações preventivas, a orientação aos banhistas e a capacidade de resposta a emergências aquáticas durante a temporada.

o trabalho de prevenção no período de maior procura por praias e represas.

"A contratação de guarda-vidas durante o verão é fundamental para reforçar a prevenção de afogamentos. Com o aumento do número de pessoas nas praias, represas e outros locais de ba-

nho, precisamos ampliar nossa capacidade de orientação e resposta para que a população aproveite o período com mais segurança", afirmou o capitão.

Contratação para a temporada

A autorização permite que a Polícia Militar adote as providên-

cias necessárias para a seleção dos 466 profissionais, conforme os critérios legais e a disponibilidade orçamentária.

As informações sobre inscrições, requisitos e etapas do processo seletivo serão divulgadas nos canais oficiais da corporação.

Operação El Niño

O Governo de São Paulo lançou a operação São Paulo Sempre Alerta - Operação El Niño 2026/2027, que amplia as ações de prevenção e resposta a eventos climáticos extremos. A iniciativa reestrutura a antiga Operação Chuvas e prevê monitoramento permanente, inicialmente até o fim de 2027.

Além de acompanhar as condições meteorológicas e os impactos dos temporais, a estratégia contempla outros eventos extremos, como ondas de calor, estiagens e incêndios florestais. O objetivo é fortalecer a atuação integrada dos órgãos estaduais para antecipar riscos, orientar a população e agilizar a resposta a situações de emergência. (Governo de SP)

Restituições do IR batem recorde e chegam a R\$ 41 bilhões em 2026

Quase 26 milhões de contribuintes receberam um valor recorde de mais de R\$ 41 bilhões em restituições do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) em 2026, informou na terça-feira (20) a Receita Federal.

Segundo o órgão, 80% das restituições foram liberadas em até um mês após o encerramento do prazo de entrega das declarações.

A Receita informou ainda que o cashback do IRPF destinou R\$ 460 milhões a 3,4 milhões de pessoas que não haviam apresentado declaração no ano anterior.

Além dos pagamentos, a Receita Federal afirma que tem ampliado ações de orientação para ajudar contribuintes a resolver pendências e regularizar sua situação antes de eventuais procedimentos de fiscalização.

Cerca de 500 mil contribu-

tos receberam cartas da Receita Federal para corrigir inconsistências simples que podem impedir o pagamento de restituições do Imposto de Renda. O envio das correspondências começou no início do mês e acabou na terça.

O grupo representa aproximadamente 1,25% dos mais de 40 milhões de declarantes do IRPF. Segundo o órgão, são pessoas que podem ter valores a receber, mas apresentam pendências na chamada malha fina.

A iniciativa faz parte do Projeto Cartas, voltado à autogerenciamento. O objetivo é permitir que os próprios contribuintes identifiquem e corrijam erros antes que a situação exija outras medidas administrativas.

A Receita esclarece que o envio das cartas: Não representa, por si só, uma fiscalização;

Não equivale a uma notificação de autuação; Não significa aplicação de multa ou outra punição; Busca orientar o contribuinte sobre como corrigir pendências.

Direito à orientação

A Lei Complementar 225/2016 passou a garantir em lei o direito do contribuinte à orientação antes de qualquer atividade fiscalizatória, conforme informado pela Receita Federal.

A mudança reforça a proposta de priorizar a prevenção e a regularização voluntária de inconsistências, em vez de recorrer diretamente a medidas punitivas.

Com o Projeto Cartas, o órgão pretende facilitar a correção de erros que podem comprometer o processamento das declarações e atrasar o recebimento de valores devidos.

Confirma os principais dados divulgados pela Receita Federal: R\$ 41 bilhões: total restituído aos contribuintes; 25,9 milhões: pessoas que receberam restituições; 80%: percentual das restituições pagas em até um mês após o fim do prazo de declaração; R\$ 460 milhões: valor distribuído por meio do cashback do IRPF; 3,4 milhões: beneficiários do cashback que não haviam declarado o imposto no ano anterior; 500 mil: contribuintes orientados pelo Projeto Cartas; 1,25%: proporção aproximada desse grupo em relação aos mais de 40 milhões de declarantes.

A Receita Federal afirma que as ações de orientação devem continuar, com foco na regularização das pendências e no respeito aos direitos dos contribuintes. (Agência Brasil)

Justiça decreta fim da recuperação judicial da Americanas

A Justiça do Rio de Janeiro decretou, na segunda-feira (19), o fim da recuperação judicial do Grupo Americanas. A decisão, da 4ª Vara Empresarial da capital, considera que o grupo cumpriu as obrigações do plano de recuperação judicial. Ainda cabe recurso da decisão.

A Americanas iniciou o processo de recuperação judicial em janeiro de 2023, após a revelação de irregularidades contábeis de cerca de R\$ 20 bilhões na empresa. Na época, a Americanas informou ter dívidas de aproximadamente R\$ 43 bilhões, o que levou à reestruturação dos débitos com credores. O plano foi aprovado em dezembro de 2023 e homologado pela Justiça em fevereiro de 2024.

A administração judicial e do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) deram pareceres favoráveis ao encerramento. Como decisão judicial, deve ser retirada a expressão "em recuperação judicial" dos nomes das em-

presas nos registros oficiais. Apesar do encerramento, questões envolvendo credores ainda poderão ser discutidas no âmbito judicial.

Na sentença, o juiz Arthur Eduardo Magalhães Ferreira esclareceu que o fim do processo não impede a cobrança de obrigações previstas no plano.

"Qualquer credor que se reputa prejudicado por descumprimento de obrigação do plano poderá requerer a execução específica ou a falência", escreveu o magistrado.

Em fato relevante ao mercado, a Americanas informou que "o encerramento da recuperação judicial representa um marco importante na trajetória da companhia e inaugura uma nova etapa de seus negócios".

Na nota, agradece a seus associados, fornecedores, clientes e demais parceiros pela confiança.

O comunicado é assinado pelo diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sebastian Dürchör. (Agência Brasil)

TCU aprova contas do BC de 2025 após desvincular processo do Master

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, na terça-feira (20), as contas do Banco Central (BC) referentes ao exercício de 2025 e concedeu quitação plena aos nove responsáveis pela gestão analisada, entre eles o presidente da autarquia, Gabriel Galipolo. A decisão foi tomada pela Segunda Câmara da Corte, sob relatoria do ministro Jorge Oliveira, uma semana depois de o julgamento ter sido suspenso por causa de possíveis desdobramentos da investigação sobre o Banco Master.

Com a nova deliberação, o TCU considerou regulares as contas anuais do Banco Central e encerrou esse processo. A decisão, no entanto, não representa o fim da apuração sobre a atuação da autoridade monetária na liquidação extrajudicial do Banco Master, que continua sendo examinada em procedimento separado no tribunal.

Na semana anterior, a Segunda Câmara havia suspenso o julgamento das contas do Banco Central a pedido do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPJTUCU). A justificativa era que os fatos investigados no caso Master poderiam ter consequências para a avaliação da gestão da instituição.

Na ocasião, os ministros decidiram aguardar o trânsito em julgado da deliberação sobre a atuação do Banco Central no caso. Isso significa esperar que a decisão do processo relacionado à liquidação do Master se torne definitiva, sem possibilidade de novos recursos na via correspondente.

Na terça-feira, porém, o rela-

tor Jorge Oliveira retomou a análise das contas e reconheceu que a prestação de contas de 2025 deveria ser examinada com base nos elementos específicos daquele processo.

Segundo a avaliação registrada no julgamento, os documentos reunidos não demonstraram irregularidades capazes de comprometer a regularidade das contas. O entendimento também estava alinhado à análise da área técnica do TCU, que já havia recomendado a aprovação.

O que foi aprovado

A decisão trata da prestação de contas anual do Banco Central, procedimento pelo qual o TCU verifica se a gestão de um órgão público respeitou as normas legais e administrativas aplicáveis.

Nesse tipo de análise, o tribunal examina, entre outros aspectos, a legalidade dos atos de gestão, a qualidade dos recursos públicos e o cumprimento das responsabilidades institucionais.

A Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (Aud-Bancos), responsável pela análise técnica do caso, havia considerado regulares as contas dos nove responsáveis e recomendado a concessão de quitação plena.

A quitação significa que, no âmbito desse processo de prestação de contas, o tribunal reconhece como regular a gestão examinada e dá por cumpridas as obrigações dos responsáveis relativas ao período analisado.

Com a aprovação, o processo de contas de 2025 foi encerrado. A decisão não equivale, porém, a uma declaração geral de

que todos os atos do Banco Central relacionados ao Banco Master foram regulares.

Caso Master segue aberto

A investigação sobre a atuação do Banco Central na liquidação extrajudicial do Banco Master tramita em outro processo no TCU, sob relatoria do ministro Jhonatan de Jesus. Até esta terça-feira, não havia data definida para o julgamento pelo plenário da Corte.

O procedimento examina a atuação da autoridade monetária na fiscalização e na supervisão do Banco Master, incluindo as medidas que levaram à liquidação extrajudicial da instituição, decretada em novembro de 2025.

A apuração também envolve questionamentos sobre os procedimentos adotados pelo Banco Central no acompanhamento das atividades do banco. A conclusão desse processo dependerá da análise específica dos fatos e dos documentos reunidos.

Portanto, a aprovação das contas anuais não antecipa o resultado da investigação. O TCU poderá avaliar a atuação do Banco Central no caso Master de acordo com as provas e os argumentos apresentados no processo próprio.

A liquidação extrajudicial é um regime aplicado pelo Banco Central a instituições financeiras em determinadas situações previstas em lei, com o objetivo de encerrar suas atividades de forma organizada e proteger os interesses envolvidos, como os de credores e depositantes, conforme as regras aplicáveis.

No caso do Banco Master, a decisão de liquidar a instituição

passou a ser objeto de questionamentos no TCU, que busca verificar se a autoridade monetária observou os procedimentos legais e exerceu adequadamente suas atribuições de fiscalização e supervisão.

A análise do tribunal não se confunde com a decisão administrativa do Banco Central. Cabe ao TCU fiscalizar a legalidade dos atos e procedimentos examinados, sem substituir automaticamente a autoridade monetária em suas competências regulatórias.

O caso ganhou repercussão no início de 2026, quando o ministro Jhonatan de Jesus determinou uma inspeção para examinar os procedimentos que levaram à liquidação do banco. Ele apontou a necessidade de obter esclarecimentos e documentos sobre a atuação do Banco Central.

A autoridade monetária questionou a determinação, argumentando que a inspeção deveria ser autorizada por decisão colegiada do TCU. Posteriormente, a medida foi suspensa para que a controvérsia fosse submetida ao plenário.

Em janeiro, após uma reunião com Gabriel Galipolo, o presidente do TCU, Vital do Rêgo, afirmou que um entendimento entre as instituições havia afastado a necessidade de uma medida cautelar para suspender a liquidação do Banco Master.

A investigação, contudo, permaneceu em andamento. A aprovação das contas de 2025, decidida nesta terça-feira, resolve apenas a análise anual da gestão do Banco Central e não encerra os questionamentos específicos sobre o caso Master. (Agência Brasil)

Advogado do Consumidor Cidadania & Economia

Conheça seus Direitos

COMISSÃO DAS MULHERES
ADVOGADAS DA OAB
JABAQUARA-SAÚDE
REALIZA O 1º CONGRESSO DE
MULHERES ADVOGADAS

Com o tema "Mulheres que Fazem História", o evento em alusão ao Outubro Rosa acontece em 30 de outubro e reúne representantes da Justiça, da segurança pública, da medicina e da advocacia.

A Comissão das Mulheres Advogadas da OAB Jabaquara-Saúde (116ª Subseção) realiza, no dia 30 de outubro de 2026, o 1º Congresso de Mulheres Advogadas, com o tema "Mulheres que Fazem História". Idealizado e organizado pela presidente da Comissão, Dra. Soraya Michele Aparecida Roque, o Congresso integra as ações do Outubro Rosa.

A programação começa às 9h com aula de defesa pessoal conduzida por Eliane Zordan e apresentação musical da Dra. Andréa Cristina de Oliveira, vice-presidente da Comissão, de Elécine Marques dos Santos e de Fábio Araújo. Às 10h, a abertura institucional reúne a presidente da OAB Jabaquara-Saúde, Dra. Terezinha Fernandes de Oliveira, o vice-presidente, Dr. Luis Fábio Mandina, e a Dra. Soraya Michele Aparecida Roque. Na sequência, cinco painéis temáticos:

Outubro Rosa: Prevenção, Cuidado e a Vida Depois do Diagnóstico, com a mastologista Dra. Mila Miranda, a oncologista Dra. Fanny Cascell, a influenciadora Paola Passos, CEO da Unhier, e a presidente da Comissão de Direito Médico da OAB SP, Dra. Juliana Hasse.

Violência contra a Mulher: Prevenir, Reconhecer, Acolher e Interromper o Ciclo, com a Dra. Soraya Michele Aparecida Roque, a conselheira do Conselho Estadual da Condição Feminina, Dra. Kátia Boulos, a delegada titular da 8ª Delegacia de Defesa da Mulher, Dra. Jesleny Cavalcanti, e o presidente da Comissão Especial de Direito Digital da OAB SP, Dr. Coriolano Almeida Camargo.

Mulheres, Autonomia, Liderança e Ocupação dos Espaços, com a vice-presidente da ONG Marias da Internet, Dra. Elaine Keller, a conselheira estadual da OAB SP, Dra. Alexandrina Rosa Dias, a desembargadora do TRT da 2ª Região, Dra. Leila Chevtchuk, e o Dr. Luis Fábio Mandina.

Saúde Mental da Mulher: Cuidar de Si em Todos os Espaços, com as psicólogas Dra. Paula Galante e Dra. Tatiana Roberta Figueiredo, a presidente da Comissão das Mulheres Advogadas da OAB Penha de França, Dra. Ana Cristina Barone, e o secretário-geral da OAB Jabaquara-Saúde, Dr. Paulo Amineal.

Jovem Advogada Feminista: Carreira, Autonomia e Protagonismo, com a presidente da Comissão da Jovem Advogada da OAB Jabaquara-Saúde, Dra. Léa Oliveira Mendes, a Dra. Caroline Takeda, a Dra. Aliny Silva e o secretário-geral adjunto da Subseção, Dr. Francisco Barbosa.

O encerramento, às 17h, será marcado pela entrega das portarias de nomeação à Diretoria Executiva e às novas coordenadoras da Comissão, além de homenagens institucionais. Cerimonial da Dra. Caroline Takeda e patrocínio da Boutique Jardins Imóveis, representada por Luiza de Marillac.

SERVIÇO

1º Congresso de Mulheres Advogadas: "Mulheres que Fazem História"

Data: 30 de outubro de 2026, sexta-feira, das 9h às 17h
Local: Sede da OAB Jabaquara-Saúde, Rua Afonso Celso, 1200, São Paulo/SP

Realização: Comissão das Mulheres Advogadas da OAB Jabaquara-Saúde

Idealização e organização: Dra. Soraya Michele Aparecida Roque
Patrocínio: Boutique Jardins Imóveis

Nicholas Maciel Merlone - Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista e Escritor.
Instagram: @nicholasmerlone | Contato: nicholas.merlone@gmail.com



Bancos vão apresentar resultados mais fracos no 3º tri com inadimplência em alta

O resultado dos bancos deve se deteriorar ainda mais no terceiro trimestre deste ano e trazer um indicador negativo para 2027, dizem analistas. Eles esperam que o lucro dos maiores bancos continue pressionado por um maior custo de crédito, dados a ainda alta inadimplência e o comprometimento de renda das famílias.

Em agosto, dado mais recente do Banco Central, o índice de empréstimos em atraso já mais de 90 dias bateu um novo recorde: 5,04% de todo o crédito do sistema financeiro estava inadimplente. Em meses físicos, o indicador é maior, de 6,03%, também recorde, enquanto entre pessoas jurídicas, está em 3,35%, o maior desde 2017, segundo série histórica iniciada em 2011.

"O cenário macro permaneceu desafiador, marcado por juros mais altos por mais tempo e preocupações crescentes com um possível ciclo de crédito mais difícil em 2027", dizem analistas do BTG Pactual, em relatório.

Segundo especialistas, a expectativa é que bancos privados tenham reduzido o ritmo de empréstimos entre julho e setembro, o que acaba também comprimindo os ganhos, de olho no cenário mais desafiador para clientes. Além disso, calcula-se que a PDD (provisão contra devedores duvidosos), que leva em conta o montante que o banco não espera reaver, tenha aumentado.

Como contrapartida, as instituições também devem ter puxado o freio nos demais gastos com a operação.

Nesse contexto, o BTG continua a ver o Itaú Unibanco como o mais resiliente do setor, dada a qualidade de ativos na carteira, priorizando clientes com menos chance de calote.

"Embora o posicionamento mais conservador do banco tenha resultado em um crescimento de receita mais fraco no curto prazo, vemos isso como uma preparação prudente para um ambiente operacional mais desafiador", afirma o BTG.

De acordo com analistas consultados pela plataforma Bloomberg, o lucro do Itaú deve somar R\$ 12,7 bilhões no terceiro trimestre, com um ROE (retorno sobre o patrimônio, em inglês, ou seja, lucro em relação ao patrimônio) de 23,9%.

O Goldman Sachs espera que a rentabilidade medida pelo ROE caia em todos os grandes bancos na comparação com o segundo trimestre, com exceção do Santander, que está mais seletivo com o crédito há mais tempo.

Segundo a consulta da Bloomberg, o lucro do Santander Brasil deve somar R\$ 3,2 bilhões no trimestre, com um ROE de 12,7%.

Analistas do banco americano também calculam que 60% dessa piora no cenário é fruto de uma deterioração do crédito, enquanto 40% seria fruto da mudan-

ça contábil da regulação 4966 do Banco Central, que requer que bancos calculem a PDD com base em perda esperada e não em perda incorrida.

Como os bancos estão emprestando menos, a margem financeira também tende a ficar pressionada.

Além disso, o atraso dos clientes do agronegócio deve continuar pesando, já que o alívio das medidas de repactuação promovidas pelo governo, como a MP 1376, ainda não teve grande impacto, pois passou a valer mais para o fim do trimestre.

Dado o cenário, o Citi espera que as provisões do Banco do Brasil, com a maior fatia do segmento agro, sigam elevadas, com um lucro 40% menor na comparação trimestral e um ROE de 5%. Analistas do banco também reduzem as estimativas de lucro do BB em 20% para 2026 e 2027.

O consenso do mercado, o ROE do BB deve ficar em 7,4% e o lucro líquido em R\$ 3,8 bilhões.

Por outro lado, o Citi vê o BTG como provável destaque positivo nesta temporada de balanços, prevendo um aumento do crédito saudável e maior receita com gestão de ativos. No consenso do mercado, a expectativa é de um lucro de R\$ 5,2 bilhões e um ROE de 26,4%.

A baixa renda e as pequenas e médias empresas seguem como pontos de atenção e bancos mais expostos a esses clientes tendem

a ter que aumentar a PDD, como o Nubank e o Bradesco.

Por outro lado, os empréstimos sem garantia do Nubank são contrabalançados pela curta duração da carteira e uma rentabilidade acima dos pares, o que deve desacelerar o crescimento do banco. Do lado do Bradesco, a priorização de linhas com garantia também deve ser um amortecedor.

Segundo as projeções coletadas pela Bloomberg, o lucro esperado do Nubank é de US\$ 1,1 bilhão (R\$ 5,5 bilhões) com um ROE de 32,7%. Para o Bradesco, de R\$ 7,1 bilhões, com um ROE de 16%.

"O Banco do Brasil enfrenta desafios maiores devido a uma exposição excessiva ao setor rural, aos riscos de execução da MP 1.376 [renegociação de dívidas do agro] e à fragilidade nos pagamentos em dia, o que afeta os cartões de crédito", afirma o Goldman, em relatório.

O mercado também espera que o cenário adverso se prolongue até 2027, o que deve se refletir na fala dos banqueiros nas apresentações de resultados.

"Diante de uma maior incerteza quanto à atividade econômica no curto prazo, no que tange ao crédito para famílias e pequenas e médias empresas, esperamos um tom mais cauteloso em relação às perspectivas futuras", diz o Itaú BBA, em relatório. (Folhapress)

TSE: Lula autoriza quebra de sigilo bancário se Flávio fizer o mesmo

IBGE é autorizado a abrir 325 vagas temporárias

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) recebeu autorização na terça-feira (20) para realizar 325 contratações temporárias por meio de processo seletivo simplificado. O órgão terá seis meses para divulgar o edital de abertura para início ao concurso público.

Os classificados serão chamados para trabalhar nas pesquisas estatísticas realizadas por telefone.

Vagas autorizadas:

276 vagas para agente de pesquisa por telefone, de nível médio; 49 para supervisor de pesquisa por telefone, de nível superior.

A autorização foi concedida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), na Portaria nº 70/2026. As contratações dos aprovados serão por tempo determinado, mas a portaria não especifica a duração.

O prazo de contratação, bem como as possíveis prorrogações, devem ser justificadas pela necessidade de conclusão das atividades definidas pelo IBGE. As remunerações também serão definidas pelo instituto. (Agência Brasil)

Permissão a bets fez afastamentos do trabalho por vício em jogo aumentar mais de 400% em dois anos

O número de afastamentos no trabalho provocados pelo vício em apostas cresceu 441% em dois anos, a partir da regulamentação das bets, em dezembro de 2023. Naquele ano, 67 pessoas receberam auxílio por incapacidade temporária do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) devido à ludopatia, número que saltou para 363 em 2025, segundo dados do Ministério do Trabalho.

No período analisado, houve também alta no total de desligamentos entre pessoas com ludopatia que já estavam temporariamente afastadas do trabalho para tratamento, de acordo com estudo antecipado à Folha pela pasta.

A fatura de contratos formais encerrados entre trabalhadores desse grupo passou de 35% do total em 2023 para 42,5% em 2025. Ou seja, 4 em cada 10 beneficiários do auxílio por ludopatia saíram de seu emprego formal ao término do ano passado.

A maioria, quase 70%, foi a pedido dos trabalhadores ou sem justa causa, seguindo uma tendência padrão do mercado de trabalho.

Paula Montagner, subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho e autora do estudo, diz que não há dados suficientes para confirmar que a alta no número de demissões foi provocada pelo vício em jogos.

Mas ela afirma que os poucos dados disponíveis não são bastante claros em relação ao vício que os jogos eletrônicos criam.

“A restrição aos jogos é uma medida que busca recuperar a saúde mental dos brasileiros, em especial dos trabalhadores que, na busca de alguma ajuda financeira, terminam endividados em proporções desesperadoras”, afirmou.

O levantamento foi feito pela Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho, com base em informações do Ministério da Previdência Social e do Ministério do Trabalho. O auxílio é concedido quando o empregado fica temporariamente incapaz de trabalhar devido ao vício em jogos, com necessidade de ser afastado para tratamento médico ou psiquiátrico.

Ainda segundo o estudo, homens foram os principais afetados e correspondem a 7 em cada 10 beneficiários do auxílio ligado à ludopatia. Por faixa etária, quase 67% têm entre 30 e 49 anos.

A ludopatia é descrita como transtorno mental pela OMS (Or-

ganização Mundial da Saúde). A comprovação decorre de perícia médica oficial do INSS atestando que o vício impede o exercício do trabalho.

“Estes dados iniciais ainda precisam ser tomados com bastante cuidado, na medida em que representam grupos reduzidos que têm acesso a esse benefício. No entanto, ilustram os problemas associados à patologia do jogo que precisa ser combatida de forma bastante radical”, afirma trecho do estudo.

As casas de apostas foram regulamentadas no fim de 2023, quando puderam ampliar a publicidade para conquistar novos jogadores. Em 2024, primeiro ano de vigência das regras, o total de afastamentos do trabalho por vício em bets saltou para 136, mais que o dobro do registrado no ano anterior.

Segundo o levantamento, a legalização dos jogos mostra associação estreita com o aumento de casos de ludopatia na população. Há, no entanto, poucos estudos nacionais sobre essa comorbidade.

As bets foram proibidas no Brasil em 25 de setembro deste ano, a nove dias do primeiro turno das eleições, como uma aposta para alavancar a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), candidato à reeleição. Até a proibição, o governo havia vendido 85 outorgas a R\$ 30 milhões cada com permissão para explorar a atividade por cinco anos.

Como mostrou a Folha, 43,8 milhões de brasileiros já tinham apostado até o fim de agosto deste ano. A quantidade de jogadores ativos vinha em queda até a proibição, devido a restrições já implementadas contra beneficiários de programas sociais e do programa Desenrola, contra o endividamento.

Os brasileiros depositaram R\$ 220,6 bilhões nas bets em 2025. Do total, R\$ 36,9 bilhões representaram perdas para os apostadores, que se converteram em receitas para as empresas.

O veto às apostas online pode liberar até cerca de R\$ 40 bilhões por ano no orçamento das famílias, segundo levantamento feito pela Folha. A estimativa leva em conta o montante da receita bruta obtido em um ano pelas empresas de apostas online até então autorizadas. Ou seja, o valor perdido pelos apostadores. (Folhapress)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição, vinculou na terça-feira (20) ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um requerimento autorizando que sejam levantados seus sigilos bancário, fiscal e telefônico, bem como de seus familiares, desde que o mesmo seja feito pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), seu adversário no segundo turno da corrida presidencial, que ocorre neste domingo (25).

No documento, Lula diz cumprir promessa feita durante o debate na emissora de TV Band, no último domingo (18), quando desafiou Flávio a abrir as informações para o eleitor.

Além do sigilo relativo aos últimos oito anos, o presidente colocou à disposição da Justiça os sigilos da primeira-dama, Jânina Lula da Silva, e de seus cinco filhos - Lurian Cordeiro Lula da Silva, Marcos Cláudio Lula da Silva, Fábio Luis Lula da Silva, Sandro Luis Lula da Silva e Luis Claudio Lula da Silva.

“Este desafio e autorização também abrangem as pessoas jurídicas das quais os candidatos sejam sócios ou administradores, bem como aquelas em cujas contas bancárias figurem como responsáveis financeiros”, diz o documento.

Em um dos 2023, houve uma mudança da forma de preenchimento da Rais para o e-Social. Pode ser que, naquele ano, parte de antigos contratos tenham sido registrados como novos.

O emprego formal é uma parcela pequena da profissão. Os vínculos registrados na Rais equivalem a cerca de 9% dos 1,51 milhão de advogados com inscrição ativa na OAB. Sócios de escritórios e associados não entram na estatística.

Mario Engler, professor da Escola de Direito de São Paulo da FGV e procurador do Estado de São Paulo aposentado, afirma que grande parte da advocacia privada é exercida por meio de pessoa jurídica. Para Engler, o vínculo trabalhista é atípico no setor e se concentra em empresas e em grandes escritórios.

“Há alternativas menos onerosas como forma de contratação de advogados e um desincentivo ao emprego formal”, afirma.

Segundo ele, parte da explicação para a alta dos vínculos públicos é uma crescente sofisticação do aparelho estatal. Ele afirma que desde a Constituição de 1988 foram criados e fortalecidos diversos órgãos que demandam do Estado uma estrutura mais robusta.

A advocacia pública, por exemplo, representa a União, estados e municípios na Justiça, cobra dívida ativa, dá pareceres em licitações e contratos e diz se um ato do gestor tem amparo legal.

A dependência do setor público é maior longe do eixo Sul-Sudeste. No Piauí (85%), Roraima, Amapá, Rondônia, Tocantins e Maranhão, ao menos 77% dos advogados com emprego formal trabalham para órgãos públicos. No Paraná e no Rio Grande do Sul, a fatia também passa da metade, com 60,8% e 52,9%.

São Paulo é a exceção. O estado concentra 28,5% dos vínculos do país, mas só 14,1% deles estão no setor público. No Rio de Janeiro, a participação é de 22,5%. (Folhapress)

Participaram do encontro entidades como Ibama, Polícia Federal, Ministério Público Estadual e a Polícia Civil do Amazonas.

Também no sábado, a Polícia Militar do Amazonas prendeu 11 pessoas por suspeita de envolvimento com as queimadas no estado.

Uma comitiva do governo federal visitou a região neste domingo, com os ministros João Paulo Capobianco (Meio Ambiente e Mudança do Clima), Wellington César Lima e Silva (Justiça e da Segurança Pública), José Múcio Monteiro (Defesa) e Waldez Góes (Integração e do Desenvolvimento Regional).

A expectativa é que o contingente atuando no estado chegue nesta semana a 400 brigadistas e 16 aeronaves a fumacê na região que busca impedir algumas operações de combate ao fogo. (Folhapress)

Emprego público entre advogados cresce 80% no Brasil desde 2019

O número de advogados que trabalham para algum tipo de órgão do Estado, seja na Justiça, no Ministério Público, no Executivo ou no Legislativo, subiu de 31,5 mil para 57 mil entre 2019 e 2025, e nesse período o crescimento foi maior até do que o de profissionais com carteira assinada.

O emprego como celetista entre os advogados, no entanto, não é a forma comum de trabalho, mas, sim, as sociedades individual e com mais de uma pessoa - os sócios dividem os resultados da banca em vez de receber salário.

Entre 2019 e 2025, os vínculos públicos passaram de 31.551 para 56.918, alta de 80%. No setor privado, o crescimento foi de 26%.

Os dados são da Rais (Relação Anual de Informações Sociais), do Caged (Cadastro Geral de

Empregados e Desempregados), da Receita Federal, do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e do IBGE. O estudo não inclui empresas estatais na conta do setor público (bancos públicos, Petrobras e companhias de saneamento aparecem como empregadores privados).

Em um dos 2023, houve uma mudança da forma de preenchimento da Rais para o e-Social. Pode ser que, naquele ano, parte de antigos contratos tenham sido registrados como novos.

O emprego formal é uma parcela pequena da profissão. Os vínculos registrados na Rais equivalem a cerca de 9% dos 1,51 milhão de advogados com inscrição ativa na OAB. Sócios de escritórios e associados não entram na estatística.

Mario Engler, professor da Escola de Direito de São Paulo da FGV e procurador do Estado de São Paulo aposentado, afirma que grande parte da advocacia privada é exercida por meio de pessoa jurídica. Para Engler, o vínculo trabalhista é atípico no setor e se concentra em empresas e em grandes escritórios.

“Há alternativas menos onerosas como forma de contratação de advogados e um desincentivo ao emprego formal”, afirma.

Segundo ele, parte da explicação para a alta dos vínculos públicos é uma crescente sofisticação do aparelho estatal. Ele afirma que desde a Constituição de 1988 foram criados e fortalecidos diversos órgãos que demandam do Estado uma estrutura mais robusta.

A advocacia pública, por exemplo, representa a União, estados e municípios na Justiça, cobra dívida ativa, dá pareceres em licitações e contratos e diz se um ato do gestor tem amparo legal.

A dependência do setor público é maior longe do eixo Sul-Sudeste. No Piauí (85%), Roraima, Amapá, Rondônia, Tocantins e Maranhão, ao menos 77% dos advogados com emprego formal trabalham para órgãos públicos. No Paraná e no Rio Grande do Sul, a fatia também passa da metade, com 60,8% e 52,9%.

São Paulo é a exceção. O estado concentra 28,5% dos vínculos do país, mas só 14,1% deles estão no setor público. No Rio de Janeiro, a participação é de 22,5%. (Folhapress)

Participaram do encontro entidades como Ibama, Polícia Federal, Ministério Público Estadual e a Polícia Civil do Amazonas.

Também no sábado, a Polícia Militar do Amazonas prendeu 11 pessoas por suspeita de envolvimento com as queimadas no estado.

Uma comitiva do governo federal visitou a região neste domingo, com os ministros João Paulo Capobianco (Meio Ambiente e Mudança do Clima), Wellington César Lima e Silva (Justiça e da Segurança Pública), José Múcio Monteiro (Defesa) e Waldez Góes (Integração e do Desenvolvimento Regional).

A expectativa é que o contingente atuando no estado chegue nesta semana a 400 brigadistas e 16 aeronaves a fumacê na região que busca impedir algumas operações de combate ao fogo. (Folhapress)

Ibama aplica R\$ 2 milhões em multas por incêndios ilegais na Amazônia

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) aplicou R\$ 2 milhões em multas em razão dos incêndios florestais ilegais na Amazônia e que cobriram de fumaça a capital Manaus (AM) nas últimas semanas.

Nos últimos sete dias de operações na região, agentes do instituto lavraram 19 autos de infração contra os responsáveis pelas queimadas criminosas, e embargaram um total de 250 hectares.

As autuações aconteceram nas cidades de Autazes e de Carreiro da Várzea, na região metropolitana da capital amazonense.

“Nossas equipes estão verificando áreas queimadas para identificar os responsáveis. São incêndios criminosos, feitos sem autorização de nenhum órgão”, afirma o presidente do Ibama, Jair Schmitt. “Em alguns casos, o fogo ultrapassou cercas e inva-

diu áreas públicas e outra propriedade”.

O trabalho deve seguir nos próximos dias, em uma ação coordenada com órgãos federais e estaduais para evitar novos incêndios”, completou.

É consenso entre os agentes que a origem do fogo é quase inteiramente de causa humana e intencional. As investigações, inclusive da Polícia Federal, apuram se há motivação política por trás das queimadas.

O Amazonas registrou neste ano 8.177 focos de incêndio, aumento de 111% em relação ao intervalo de 1º de janeiro a 18 de outubro de 2025. O índice, porém, está 49% abaixo da média histórica do estado, de acordo com dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

No bioma amazônico como um todo, foram registrados 40.633 focos até agora em 2026 – alta

de 62% em relação ao mesmo período do ano passado, mas 47% abaixo da média histórica do Inpe.

No último domingo (18), o Ministério Público Federal pediu a instalação, em até 72 horas, de uma “sala de situação interdefensiva em Manaus”, a criação de uma força-tarefa e a suspensão de qualquer autorização para queima.

Segundo relatório do procurador André Luiz Porreca, em uma reunião no sábado (17) entre os diferentes órgãos que tratam do tema, foi consenso que “a maioria deles [incêndios] tem natureza criminosa, conclusão extraída das características da vegetação das áreas atingidas”.

“A maior parte desses incêndios está tradicionalmente relacionada à atividade pecuária, sem desconsiderar, contudo, outras motivações possíveis (inclusive de natureza política)”, completou.

Cortes em auxílios sociais podem gerar retração em cidades do interior

A estagnação ou cortes no valor dos benefícios sociais e previdenciários poderão causar uma retração severa à atividade econômica em municípios do interior do Brasil, mostra levantamento do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made), da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), lançado nesta semana.

Segundo o estudo, as aposentadorias, o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) têm peso significativo na economia dessas cidades e chegam a representar quase metade do orçamento das famílias mais pobres.

“Como o valor recebido por essas famílias é usado quase integralmente para a aquisição de itens de primeira necessidade, o dinheiro circula imediatamente no comércio local, garante empregos e mantém a arrecadação municipal ativa”, destaca a economista, professora da Unicamp e pesquisadora do Made, Luiza Nassif.

De acordo com o levantamento, dos 5.569 municípios brasileiros, cerca de 4 mil estão fora das regiões metropolitanas. Nessas cidades, segundo o estudo, o

peso das transferências públicas chega a ser o dobro em relação aos dos grandes centros urbanos. No Ceará, por exemplo, os benefícios sociais e previdenciários respondem por 22% da renda agregada da capital e região metropolitana. Já nas cidades do interior, esse número é de 40%.

Corte amplo de gastos públicos afetaria área social, dizem economistas

Impactos

O estudo do Made/USP projetou os efeitos econômicos da evolução da renda dos beneficiários sociais e previdenciários nas cidades do interior para os próximos três anos. O estudo tomou como base os anos de 2022 a 2025, em que houve um crescimento real para BPC e aposentadorias, e comparou esse cenário ao contexto de reajustes utilizados entre 2019 e 2022, sem ganhos reais do salário mínimo e congelamento total.

O levantamento mostra que, sem os reajustes, a renda agregada do interior do país sofreria uma retração severa, ficando entre 6,8% e 10,8% abaixo do patamar com a valorização real dos benefícios sociais e

previdenciários.

“Isso geraria uma reação em cadeia na atividade econômica que atinge inclusive as famílias que não dependem do socorro público”, avalia Nassif.

O estudo mostra que os cenários mais críticos ocorreriam no interior do Rio Grande do Norte, Amapá e Piauí, em que a renda total cairia entre 17% a 18%, sem o ritmo atual de aumento dos benefícios sociais. No Amazonas, Sergipe e Pernambuco, a perda seria na casa dos 15%. No Ceará, Maranhão, em Alagoas e Bahia, a queda ficaria entre 10% e 13%, enquanto no Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o prejuízo chegaria a 6,5%.

Efeitos na pobreza

O levantamento destaca que, além dos efeitos sobre a renda e a atividade econômica dos municípios do interior, os benefícios desempenham um papel decisivo no combate à pobreza.

“Para quem vive no limite, qualquer reajuste abaixo da inflação empurra a família diretamente para a pobreza”, afirma Nassif. Segundo ela, para famílias com

rendimento de até 1,5 salário mínimo per capita, os benefícios podem chegar a 50% do rendimento.

Simulações realizadas pelo levantamento indicam que a ausência de ganhos reais nos benefícios, entre 2022 e 2025, teria empurrado aproximadamente 2,7 milhões de pessoas para a pobreza nos municípios fora das regiões metropolitanas, 2,4 milhões delas para extrema pobreza.

Em números absolutos, as maiores altas na pobreza ocorreriam na Bahia (até 336 mil pessoas a mais), São Paulo (até 263 mil) e Minas Gerais (até 251 mil), seguidos por Maranhão, Pará e Ceará (com mais de 200 mil pessoas cada).

“Olhando para o impacto que a queda de renda provoca, fica nítido o estrago que uma trava no crescimento dos benefícios pode fazer nas economias locais”, observa Nassif. “Manter a valorização real da previdência, do BPC e dos programas de transferência de renda é a garantia mínima de dignidade para as famílias e de sobrevivência para o comércio local no Brasil profundo”, acrescenta. (Agência Brasil)

via é uma designação ancestral atribuída à atual Ilha das Palmas e remete à expressão “cesto do peixe”, em referência à identidade pesqueira do território. (Agência Brasil)